
O sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação

MARCO AURÉLIO SANTANA

Acompanhando o processo de transformações socioeconômicas vivido pela sociedade brasileira nas duas últimas décadas, o sindicalismo nacional viveu realidades bastante distintas quando comparamos sua atuação nos anos de 1980 e 1990. Se os primeiros anos mencionados podem ser considerados como um período de ressurgimento, mobilização e ascenso do movimento dos trabalhadores, os últimos devem ser caracterizados como de arrefecimento e reorientação de práticas e estratégias.

Este artigo visa a analisar tal trajetória do movimento sindical brasileiro, dando ênfase não apenas aos fatores condicionantes externos, tais como: econômicos, políticos etc; mas também às suas orientações e ações frente aos mesmos. Além disso, serão indicadas as perspectivas desse movimento no século que se abre.

1. Os anos 80: transição democrática, ressurgimento e mobilização

Em seu conjunto, o sindicalismo brasileiro viveu, nos anos 80, um momento de ouro. Na entrada da década, o país

ia deixando para trás longos anos de ditadura militar (1964-1985). As forças atuantes no movimento dos trabalhadores se reorganizaram e rapidamente fundaram centrais sindicais que passariam a coordenar nacionalmente as ações dos trabalhadores.¹ Uma delas, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ocuparia um lugar de destaque nesse processo servindo como fio condutor para as inúmeras mobilizações e greves que marcaram aqueles anos, inclusive algumas greves gerais de caráter nacional.

Beneficiado por um período de transição política para a democracia – que lhe garantia campo de atuação – e por uma conjuntura econômica de elevada inflação – que lhe fornecia combustível mobilizatório –, o sindicalismo nacional acumulou vitórias organizativas importantes, re-ocupando o espaço político que havia sido bastante reduzido pelos militares.

Deve-se ressaltar que esse processo ampliou-se ainda mais ao longo do governo de José Sarney (1985-1989), o qual enfrentou um elevado número de mobilizações de trabalhadores. Assim, os anos 80 foram palco de uma série de movimentações grevistas, consolidando o ascenso do movimento sindical brasileiro que vinha sendo construído desde o final da década anterior. Se a marca das mobilizações de fins dos anos 70 era claramente definida, em sua hegemonia, pelo sindicalismo metalúrgico do ABC paulista – ponta de lança do ressurgimento dos trabalhadores no cenário político nacional na luta pela democracia, pela autonomia sindical e por melhorias salariais –, no decorrer da nova década, percebemos uma ampliação do espectro para muitas outras categorias e regiões.

1. Duas das mais importantes centrais brasileiras foram criadas neste período. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). A última, mais à frente na conjuntura, daria origem à Confederação Geral dos Trabalhadores, também CGT. A Força Sindical seria criada, por setores egressos da CGT, em 1991.

A pujança desse processo estampa-se nas mais de 6500 greves,² que podem ser contabilizadas ao longo da década. Nesses termos, o movimento sindical brasileiro foi se consolidando como elemento importante não só na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas também em sua inserção nas definições do processo de transição democrática então em curso.

O período teve também como características a organização e consolidação de centrais sindicais, o aumento das taxas de sindicalização e a expansão da organização dos setores assalariados médios. Entretanto, pode-se dizer que, apesar das muitas conquistas no plano organizativo e econômico, o sindicalismo não conseguiu superar um de seus tradicionais limites, mantendo a dificuldade de se enraizar no interior das empresas. Dessa forma, apesar de valorizadas discursivamente, as organizações por local de trabalho acabaram por se tornar uma experiência muito esparsa e pontual. Além disso, se as mobilizações foram importantes para atenuar os impactos degenerativos da escalada inflacionária na vida dos trabalhadores, elas não conseguiram a necessária generalização de suas conquistas, o que, devido à heterogeneidade e à disparidade organizacional e de poder de barganha existente entre as categorias, de certa forma, restringiu-as às mais fortes e organizadas. No mesmo sentido, pode-se dizer que elas também não alcançaram a redução efetiva das desigualdades sociais.

2. Os anos 90: reestruturação produtiva e reorientação sindical

Com a chegada dos anos 90, a sociedade brasileira entraria em um processo de muitas mudanças e o sindicalismo não deixaria

2. Para uma análise mais detalhada das greves no período, ver Noronha (1991).

de sofrer seus impactos. Com a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello em 1989,³ o país incorporaria uma agenda de ajustes econômicos que traria em seu bojo a abertura comercial e as privatizações. A isso se agregaria a estabilidade econômica trazida pelo Plano Real, pedra de toque dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994/1998 – 1998/2002).

Deve-se dizer, porém, que os primeiros anos da década ainda presenciaram uma forte mobilização do movimento sindical, o que fazia crer que o acúmulo de forças, ocorrido nos anos anteriores, se intensificaria, garantindo aos trabalhadores um dique contra o avanço de medidas contrárias a eles. Tendo de enfrentar esse novo momento, o sindicalismo brasileiro desenvolveu diversas ações grevistas, algumas portadoras de componentes de impacto.⁴

O governo Collor tentou reagir às greves deflagradas nesse período com propostas de modificação na lei de greve, condenando tanto o piquete dos trabalhadores, quanto o locaute patronal. Um dos pontos centrais seria a definição de penas para a detenção daqueles que não atendessem à

3. No segundo turno das eleições presidenciais, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) se definiu por um apoio incondicional à candidatura de Fernando Collor de Mello. Segundo o pronunciamento de sua Executiva, o programa defendido pelo candidato era aquele que mais se aproximava do modelo de sociedade desejado pela CGT. Com a eleição do mesmo, o presidente da entidade, Antônio Rogério Magri, foi indicado para o cargo de ministro do Trabalho, deixando o cargo tempo depois envolto em acusações de corrupção. Setores identificados com a CUT apoiariam o candidato Luis Inácio da Silva, derrotado no pleito.

4. No plano geral do sindicalismo, duas de suas centrais, a CUT e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), organizaram uma greve geral visando a pressionar o governo para o estabelecimento de uma política salarial favorável aos trabalhadores. A virada do primeiro para o segundo semestre daquele ano também foi marcada por importantes movimentações grevistas, entre outras: a dos operários da Ford (paralisação que durou cerca de cinquenta dias, nos quais, em um processo de acirramento das tensões, durante a ocupação dos trabalhadores, houve quebra-quebra no interior da empresa, que posteriormente fecharia temporariamente sob a alegação de falta de condições para funcionamento) e a dos eletricitários (na qual ocorreram vários blecautes).

solicitação de manterem em funcionamento o que seriam os serviços essenciais.

O ano de 1992 seria um marco importante para os trabalhadores brasileiros. Ele se iniciou com a greve dos trabalhadores portuários, que tinha como ponto central a pressão sobre os deputados que votariam o chamado projeto de modernização dos portos.⁵ Um outro fato nacional, porém, galvanizou a opinião pública naquele ano. Em meio a escândalos e acusações de corrupção, o presidente Collor amargou um processo de *impeachment*. O movimento sindical, em grande parcela, se dedicou às manifestações de rua favoráveis ao processo. O Congresso Nacional votou favoravelmente e o presidente Collor foi afastado de suas funções. Itamar Franco, seu vice, assumiu a presidência e lançou, junto com o novo ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, que se centrava no combate à inflação e na estabilização da moeda.

O sucesso do Plano teve impacto inicial sobre as mobilizações dos trabalhadores e, posteriormente, serviria de importante instrumento na campanha presidencial de 1994. Nessa campanha, cujos protagonistas foram Fernando Henrique Cardoso, da aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL); e Luís Inácio Lula da Silva, novamente na aliança entre o PT e outros partidos de esquerda, o Plano Real foi o grande personagem, dividindo o espectro político entre aqueles que eram a favor e aqueles que eram contra o plano. A estabilidade econômica trazida pelo Real garantiu uma votação massiva naquele que, supostamente, teria sido seu criador.

Já em seus primeiros meses de governo, Fernando Henrique enfrentou forte oposição de setores do movimento

5. Os sindicatos conseguiram paralisar os quarenta mil trabalhadores em 35 portos do país. Após uma semana de greve, os portuários voltaram ao trabalho.

sindical. Com os planos de privatização e quebra de monopólios do setor estatal, buscados pela via da reforma constitucional, o governo atraiu sobre si uma onda de greves contrária às suas propostas. Em maio de 1995, atendendo aos conclames da CUT que desejava organizar demonstrações nacionais contra as propostas do governo, paralisaram suas atividades, entre outros, petroleiros, eletricitários, telefônicos e previdenciários.

O governo Fernando Henrique, tentando estabelecer de imediato sua linha de conduta frente às greves, lançou mão de velhos atributos como o corte de ponto dos grevistas. Novos instrumentos, porém, se associariam a este. Através do Decreto-Lei nº 1480, o governo dispôs as formas pelas quais deveriam ser tratadas as paralisações no serviço público.⁶

O enrijecimento do governo com as greves não terminaria aí. De certa forma, o decreto buscava enfraquecer a greve dos petroleiros que contava com mais de 90% de adesão, paralisando dez refinarias em todo o país, e foi contra esta mesma greve que o governo utilizou todo o seu arsenal de medidas jurídicas, econômicas e até repressivas. Segundo o governo, era necessário dobrar a espinha dorsal de seu principal opositor, o sindicalismo, principalmente daquele ligado à CUT. Aqui, teríamos o ponto de inflexão para o movimento sindical nacional, que se agravaria com o avançar das transformações econômicas.

A conjunção abertura econômica/privatização/estabilização, tendo como pano de fundo altas taxas de desemprego,⁷ não demorou muito para acertar seus duros golpes no sindicalismo

6. Nele estava determinado que: os dias parados seriam considerados como faltas, proibindo-se que as mesmas fossem abonadas, compensadas ou mesmo computadas para fins de tempo de serviço; exigia-se das chefias imediatas, sob pena de exoneração ou dispensa, a lista com o nome dos faltosos; e, em caso de os grevistas ocuparem funções gratificadas ou cargos comissionados, se tornariam passíveis de demissão.

7. Para que se tenha uma idéia, segundo dados do Anuário dos Trabalhadores DIEESE/2000-2001, em 2000 o desemprego chegou a algo em torno dos 18% na Grande São Paulo (aproximadamente dois milhões de trabalhadores).

nacional, principalmente aquele mais combativo, organizado na CUT. A abertura econômica, iniciada de forma abrupta, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais) e precipitou a fechada economia brasileira na rede global. Tal processo incrementou a reestruturação das empresas e a incorporação de novos padrões produtivos, dificultando a ação sindical. Em muitos casos, isso se deu através da precarização das relações de trabalho, diminuindo o já diminuto setor formalizado das relações de trabalho.⁸ Por seu turno, a estabilidade econômica diminuiu em muito a capacidade catalisadora do tema salarial, atenuando uma forte bandeira sindical. As privatizações contribuíram com o quadro ao reduzirem o número de contingente e o poderio sindical dos servidores públicos, um dos fortes pilares de sustentação do sindicalismo da CUT, a maior e mais importante central sindical do país. Deve-se assinalar também que, como vimos, principalmente sob o governo de Fernando Henrique, sentiu-se um endurecimento do papel coercitivo do Estado frente ao movimento sindical, simbolizado no combate à greve nacional dos petroleiros em 1995.

Um balanço dos primeiros anos do Plano Real indica que, apesar da importante estabilidade econômica conseguida, as benesses não foram de grande monta para os trabalhadores. Segundo análise do DIEESE, ele “não representou nem crescimento sustentado nem distribuição da renda de forma sustentada”. Isso porque reduziu a taxa de crescimento econômico de cerca de 5,5% ao ano no início dos anos 90, para 0,2% em 1998. No que diz respeito à distribuição da renda, a incipiente melhoria inicial, trazida pelo efeito redistributivo da queda da inflação, se estancou rapidamente, e a concentração se mantém em patamares elevados.

8. Segundo dados publicados no jornal O Globo, edição de 27/05/2002, a participação de trabalhadores com carteira assinada no mercado de trabalho brasileiro retrocedeu de 53,7% em 1991 para 43,6% em 2000, obtendo, em 2002, o primeiro crescimento depois de uma década de quedas, indo para 45%.

Além de não ter sido capaz de reverter a tendência de precarização do mercado de trabalho, o plano de estabilização agravou a questão do desemprego já que não só aumentou as taxas do mesmo, como também aumentou o tempo de procura por um novo emprego.⁹

Em um cenário como o descrito acima, um balanço geral da dinâmica sindical não poderia ser dos mais positivos. Uma avaliação feita pela CUT, em 2000, indica que:

"A ofensiva contra os direitos trabalhistas e os sindicatos impôs também uma pauta defensiva e fragmentada, que limitou as tentativas de unificação das lutas (...), e chegou mesmo a afetar a própria Campanha de Sindicalização, que apesar de ter aumentado as filiações, não chegou a deslanchar (...). O percentual de sindicalização na CUT, desde o 6º Concut [1997], caiu de 34,60% para 31,40% (...). Até março de 1999, a queda vinha sendo acentuada. A partir dessa data, o percentual médio estabilizou-se em torno de 31%." (Resoluções do 7º CONCUR)

O pano de fundo que conjugava desemprego e precariedade no trabalho fez também com que os sindicatos mudassem as pautas de reivindicação. Se nos anos 80 a questão econômico-salarial assumia prioridade nas mesmas, nos anos 90 a temática da garantia do emprego e as tentativas de combate ao desemprego assumiram o primeiro plano.¹⁰ Além disso, os sindicatos buscaram intervir em outras alternativas que ampliassem seu escopo de ação, contribuindo para a consolidação de novas

9. Segundo o Boletim DIEESE, nº 195, de Junho de 1997, "O tempo médio no Distrito Federal, por exemplo, chega a 52 semanas, e, para a Região Metropolitana de São Paulo, a 39 semanas. Isto quer dizer que, além de mais desempregados, temos uma população desempregada por mais tempo".

10. Um exemplo disso, entre os metalúrgicos do RJ, pode ser obtido em Ramalho e Santana (2001).

institucionalidades.¹¹ Isso ocorreu em uma lógica que abrangeu desde o sindicato de base até as estruturas intersindicais. Nesse sentido, as centrais sindicais acabaram por se envolver em projetos de formação profissional e intermediação trabalhador/emprego, através de agências e centros de solidariedade.¹² Em muitos casos, esse envolvimento se deu de forma defensiva, em detrimento de movimentos de mobilização dos trabalhadores.

Não foram apenas as dificuldades colocadas pelo novo cenário que diminuíram seu campo de atuação, forçando-lhe novas vias. O sindicalismo brasileiro foi tendo também de enfrentar dificuldades históricas, nos níveis macro e micro, e que já foram mencionadas acima, em uma crise que atingiu o sindicalismo independentemente de seu matiz ideológico.¹³ Ele teve dificuldades de articular e generalizar suas lutas e problemas na interiorização de suas práticas para o chão de fábrica; e também padeceu de uma divisão que dificultou ainda mais suas ações. Não só as centrais e os sindicatos encontravam-se divididos entre si, como também, às vezes, suas próprias fileiras. Em muitos casos, era difícil chegar a um consenso que orientasse práticas mais unitárias.¹⁴

11. Nesse sentido, pensamos, entre outras, na idéia das Câmaras setoriais e/ou regionais. Mesmo sabendo ser um tema polêmico no interior do movimento, não podemos deixar de indicá-la como exemplo de busca de alternativas. Para uma análise do tema, ver, entre outros, Castro (1997) e Leite (2000).

12. A esse respeito ver Souza, Santana e Deluiz (1999). Os recursos para custeio de tais projetos são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o que gerou um intenso debate no interior do movimento.

13. Ver em Santana (2000b) e Martins e Rodrigues (2000), como, frente à dura realidade imposta pelo novo cenário, os setores considerados mais combativos atenuaram sua posição e os mais afeitos à negociação "radicalizaram" um pouco seu discurso.

14. Deve-se assinalar, contudo, que houve louváveis tentativas de ações conjuntas, ainda que setoriais, como: o movimento comum levado a cabo pela CUT e pela FS, em fins de 1999, na luta pelas 36 horas de trabalho e pelo contrato nacional de trabalho das montadoras. Em conjunto, elas organizaram o chamado "Festival de greves" que paralisou uma série de plantas através do país. Para uma análise mais detalhada das aproximações e tensões entre as centrais, ver Santana (2000b)

Diante de um quadro como esse, abriu-se, então, um momento de re-organização de práticas e estratégias para o movimento sindical no Brasil. A diminuição do número de greves e uma certa ausência do cenário nacional indicam claramente uma sensível alteração do quadro de inserção do sindicalismo brasileiro e o grau de dificuldades que este vem enfrentando. Ainda que o número de greves não seja suficiente para a aferição do poderio sindical, pode servir como um de seus indicadores. Neste particular, o que se viu ao longo dos anos 90 foi um decréscimo desse tipo de prática. Em 1996 houve uma média mensal de 111 movimentos grevistas. Quando olhamos os dados para 1999, tal média se reduz para 46 apenas.¹⁵

Assim, a década de 90, principalmente em sua segunda metade, representou para os trabalhadores brasileiros um duro revés, trazendo para a agenda novas questões e problemas, além de intensificar outros pré-existentes. Seria equivocado, porém, indicar que, diante disso, o sindicalismo nacional não tenha buscado outras alternativas, ampliando pautas e inserindo-se em novos espaços, que lhe permitissem continuar existindo e se movimentando em um contexto tão difícil.

3. O sindicalismo brasileiro de hoje e de amanhã

Se o século passado encerrou-se para o movimento sindical sob a marca da crise, o novo parece iniciar-se sob

15. Segundo dados do Anuário dos Trabalhadores DIEESE/2000-2001. O DIEESE aponta também para uma mudança na temática e nas formas de greve. 1997 parece ter sido um marco de inversão no quadro de greves já que, conforme o Boletim DIEESE, nº 203, de Março e Abril de 1998, "O movimento grevista no Brasil, no ano passado, reduziu-se pela metade quando comparado com o período anterior: em 1997 ocorreram 630 paralisações, contra 1.258 apuradas em 1996".

um duplo signo: manutenção de condições de contratação e trabalho adversas aos trabalhadores em seu conjunto e uma recuperação, ainda que incipiente, da capacidade reivindicativa.

No que tange às formas de contratação e relações de trabalho, o governo, bem como setores do empresariado e dos trabalhadores, apesar da já avançada desregulamentação de nosso mercado de trabalho, têm buscado aumentar ainda mais a flexibilidade das regulamentações trabalhistas no país. Daí todo o debate em torno do projeto de mudança da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre os trabalhadores, há uma profunda divisão sobre o tema, lançando as duas principais centrais sindicais em campos opostos. A Força Sindical apóia a proposta de mudança, apontando seus aspectos positivos para os trabalhadores; já a CUT critica duramente o projeto, avaliando que o mesmo enfraquecerá ainda mais os direitos dos trabalhadores e sua capacidade de ação.

Quanto à retomada de sua capacidade reivindicativa por parte dos trabalhadores, os sinais podem ser considerados ainda iniciais, mas já existentes. Segundo dados do DIEESE para o período, teríamos que o primeiro semestre de 2000

"registrou comportamento mais favorável para os trabalhadores em suas negociações salariais que o verificado nos primeiros seis meses de 1999. Enquanto entre janeiro e junho do ano passado menos de 55% das negociações realizadas conseguiram igualar ou superar a inflação dos doze meses anteriores à sua data-base – e houve dificuldades ainda maiores para as categorias que têm reajuste no segundo semestre – em 2000, o percentual de categorias que con-

seguiram ao menos repor as perdas decorrentes da inflação chega a aproximadamente 68%.”¹⁶

Sob as duas perspectivas indicadas, o sindicalismo brasileiro vai dando claras indicações de buscas de alternativas, que têm apontado para diversas propostas e direções. Embora, de forma geral, ainda seja muito cedo para avaliá-las em seu todo, já é possível assinalar o desenvolvimento das mesmas, as quais servem de indicativo das movimentações no novo quadro em que exclusão e desemprego assumiram prioridade nas agendas sindicais e nas pautas de reivindicação. Vale dizer que elas não são, em muitos casos, novidades no acervo de práticas do sindicalismo nacional, porém sofrem agora uma reiteração. Elas também estão longe de serem consensuais e há sérias controvérsias no interior do movimento sindical brasileiro a seu respeito. Em termos analíticos, entretanto, poderíamos indicar, entre outras existentes:

- tentativa de articulação com outros movimentos sociais (terra, moradia, cidadania, justiça etc.).
- busca de abertura efetiva para novos temas e demandas (ambiente, gênero e raça, cidadania dentro e fora dos locais de trabalho, educação do trabalhador – político-sindical, geral e profissional).
- incorporação de práticas alternativas de intervenção, negociação e organização (Câmaras Setoriais/Regionais, políticas públicas e sociais, e articulação no âmbito do Mercosul).

Ao movimento sindical brasileiro, porém, deve restar a idéia de que as alternativas de temas e práticas não podem ser apenas

16. Nota à imprensa São Paulo, 22 de agosto de 2000. Segundo o documento, “Esse comportamento pode estar ligado à melhoria no cenário econômico previsto para este ano, com menos turbulências na economia internacional, taxa de câmbio mais estabilizada e taxas de juros em queda e que vem registrando – no plano do mercado de trabalho – taxas de desemprego sistematicamente inferiores que no mesmo período em 1999. Esse ambiente mais favorável e as perspectivas de crescimento econômico para o país tendem a tornar menos difíceis as negociações para reajuste salarial”.

para “constar” e mostrar atualidade e conexão com os novos tempos. É preciso que sejam incorporadas na agenda concreta e cotidiana das entidades. A tarefa para os sindicalistas não é a das mais fáceis. Terão que, incorporando sua experiência histórica – o que constitui um acervo fundamental –, conseguir analisar e atuar corretamente na conjuntura presente, olhando o futuro de forma aberta e atenta às novas condições que se lhes apresentam. Nesse sentido, muito de sua cultura político-sindical precisa ser colocada em questão. O sindicalismo, para sobreviver, em meio a tantas ameaças reais ou virtuais, necessita não só ampliar seu espectro com outras demandas e preocupações, como também com formas diversas de luta e estruturação. Isso pode lhe oferecer condições de ser mais propositivo e antecipador de cenários, os quais lutará para construir ou obstar, sempre tendo em vista a perspectiva dos trabalhadores.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. Hermínia Tavares de. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: O'DONNELL, Guillermo, REIS, Fábio Wanderley. (Orgs.). *A democracia no Brasil, dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- BARROS, Valdir V. A ação sindical no Mercosul. In: DIEESE (Org.). *Emprego e desenvolvimento tecnológico: processos de integração regional*. São Paulo: Dieese / Cesit / Unicamp, 1999.
- BOITO Jr., Armando. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CARDOSO, Adalberto. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal*. A era Vargas acabou? Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CASTRO, Nadya Araujo. Reestruturação produtiva, novas institucionalidades e negociação da flexibilidade. *São Paulo em perspectiva*, v. 11, n. 1, jan-mar, 1997.

- CASTRO, Silvia P. de, WACHENDORFER, Achim (Orgs.). *Sindicalismo y globalización: la dolorosa inserción en un mundo incierto*. Caracas: Nueva sociedad, 1998.
- COMIN, Álvaro, CASTRO, Nadya. As novas esferas da regulação do trabalho e o dilema sindical. *São Paulo em perspectiva*, v. 12, n. 1, jan-mar, 1998.
- LARANGEIRA, Sônia. Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? Aspectos do debate internacional. *São Paulo em perspectiva*, v. 12, n. 1, jan-mar, 1998.
- LEITE, Márcia. Trabalho e sociedade em transformação. *Sociologias*, n. 4. Porto Alegre: PPGS / UFRGS, 2000.
- MARTINS, H. de Souza, RODRIGUES, Iram J. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. *Tempo Social*, v. 11, n. 2, São Paulo: USP, 2000.
- NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO Jr, A. (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAMALHO, J. R., SANTANA, M. A. Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos de 1990: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. In: RAMALHO, J. R., SANTANA, M. A. (Orgs.). *Trabalho e tradição sindical o Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: D.P&A, 2001.
- RODRIGUES, Iram J. (Org.) *O novo sindicalismo e vinte anos depois*. Petrópolis/ São Paulo: Editora Vozes / Educ / Unitrabalho, 1999.
- SANTANA, M. A. Trabalho, trabalhadores e sindicatos em meio ao vendaval contemporâneo. *Dados*, v. 43, n. 2, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.
- _____. As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. *Sociologias*, n. 4, Porto Alegre: PPGS / UFRGS, 2000b.
- SOUZA, D., SANTANA, M. A., DELUIZ, N. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

Resumo

O artigo analisa a trajetória do movimento sindical brasileiro, nas décadas de 1980 e 1990. Os anos 80 foram palco de uma série de movimentações grevistas, consolidando o ascenso do movimento sindical brasileiro que vinha sendo construído desde o final da década anterior pelo sindicalismo metalúrgico do ABC paulista.

Na década de 1990, o sindicalismo passou por uma re-estruturação de sua atuação, diante das mudanças político-econômicas advindas com o governo de Fernando Henrique Cardoso – que, por exemplo, combateu fortemente a greve nacional dos petroleiros em 1995, enfraquecendo o movimento grevista, e que abriu a economia, provocando grande competitividade e conseqüente desemprego. As reivindicações passaram a ser relacionadas à garantia do emprego e às tentativas de combate ao desemprego e o movimento grevista diminuiu consideravelmente. Além disso, o sindicalismo enfrentou dificuldades históricas devido a divisões ideológicas internas.

Ao final, são indicadas as perspectivas do movimento sindicalista no século que se abre.